

Letramento originário indígena: saberes ancestrais como caminhos de resistência e existência

por Aiyra Amana Tupinambá

Resumo

Este artigo discorre sobre o conceito de letramento originário indígena a partir das perspectivas dos povos da Amazônia, compreendendo-o como uma prática de transmissão de saberes ancestrais, cosmologias, línguas e modos de viver e narrar o mundo. A análise se ancora nas vozes e produções de autores indígenas como Daniel Munduruku, Davi Kopenawa, Eliane Potiguara, Maria Agraciada Tupinambá e Ailton Krenak, propondo uma reflexão crítica sobre a hegemonia do letramento ocidental e a valorização dos modos próprios de aprendizagem dos povos originários.

1. Introdução

O conceito de letramento, historicamente, tem sido associado à capacidade de ler e escrever segundo normas da língua portuguesa padrão. No entanto, para os povos indígenas da Amazônia, o letramento ultrapassa essa definição: ele é também a capacidade de ler os sinais da natureza, de ouvir os cantos dos ancestrais, de interpretar os ventos, rios e árvores. O letramento originário indígena é um ato de conexão com o território, com a memória coletiva e com a espiritualidade.

A educadora e escritora Eliane Potiguara (2003) afirma que “nossos corpos são escritos pela ancestralidade, pelas histórias que nossos avós contavam ao redor do fogo”. Nesse sentido, o letramento indígena é um movimento de resistência cultural e epistêmica, pois desafia a imposição de uma única forma de saber e comunicar.

2. Letramento como Caminho Ancestral

O letramento originário começa antes mesmo da fala: ele se dá pelo corpo, pelo gesto, pela convivência coletiva. É o que o escritor e professor Daniel Munduruku (2010) define como “o saber da escuta”, um tipo de aprendizagem que valoriza o silêncio, a contemplação e a oralidade. Para ele, “os povos indígenas não precisam aprender a ler livros, mas a ler o mundo – e isso eles já fazem há milênios”.

Nesse contexto, o letramento originário não está separado da vida. Ao contrário, ele é profundamente integrado aos ciclos da natureza e ao cotidiano da comunidade. É também um letramento cosmológico, pois ensina sobre os seres visíveis e invisíveis, sobre os espíritos da

floresta, sobre o tempo não-linear dos ancestrais.

Maria Agraciada Tupinambá (2022) destaca que “o nosso modo de ensinar e aprender é feito de palavras que dançam, de histórias que curam, de cantos que guiam”. Para ela, o letramento indígena é também um instrumento de cura coletiva, pois reativa as conexões perdidas pela colonização.

3. Oralidade, Território e Memória

A oralidade é um dos pilares do letramento originário. Mais do que uma ausência de escrita, ela é um modo de narrar que preserva o movimento, a musicalidade e a memória viva. Como ressalta Davi Kopenawa Yanomami (2015), “nós falamos com os espíritos da floresta, ouvimos seus conselhos, repetimos suas histórias – é assim que ensinamos nossos filhos”.

Para os povos amazônicos, o território também é texto: os rios são linhas que narram caminhos, as montanhas são livros de pedra, os animais são personagens vivos. Cada elemento da floresta possui voz, linguagem e ensinamento. O letramento originário, assim, é também ecolinguístico, pois considera a linguagem como parte de um sistema maior de vida e interdependência.

4. Letramento como Resistência Política e Existencial

O letramento originário indígena, ao ser reconhecido como legítimo, subverte a lógica colonial que historicamente excluiu saberes não ocidentais do campo da educação formal. Como afirma Ailton Krenak (2019), “enquanto continuarmos nos alfabetizando apenas com o alfabeto dos colonizadores, permaneceremos desconectados de nossa própria alma coletiva”.

A resistência indígena passa também pela escrita, não como negação da oralidade, mas como ferramenta de tradução e afirmação política. Escritoras como Eliane Potiguara e Graça Graúna têm usado a poesia como meio de recuperar a memória e denunciar os silenciamentos históricos. A escrita, nesse sentido, se transforma em flecha: uma arma simbólica de retomada de território e identidade.

5. Considerações Finais

O letramento originário indígena é uma prática ampla, viva e complexa. Ele não cabe nas molduras das escolas ocidentais, mas pulsa nos cantos, nas danças, nas narrativas e nos corpos que resistem. Valorizar esse letramento é reconhecer que existem muitas formas de sabedoria e que todas elas merecem existir com dignidade.

Como nos lembra Daniel Munduruku, “a escola precisa desaprender para reaprender com os povos indígenas”. Somente assim será possível construir uma educação verdadeiramente intercultural e plural.

Referências

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu: Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. *A sabedoria das águas*. São Paulo: Callis, 2010.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TUPINAMBÁ, Maria Agraciada. “Educação e Saberes Ancestrais”. In: *Revista Saberes Indígenas*. Universidade Federal do Pará, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Nossa Casa
(Pictograma do alfabeto da língua Ndébélé que significa casa)
por Carlos Pereira, 2025